



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 5370 ENT.: 5300 PROC. Nº:	18/10/2013

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1260/XII/2.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 5416, datado de 18 de outubro, do Gabinete do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

2013-10-18

GMENE 005416

Exma Senhora
Dra. Marina Resende
Chefe do Gabinete de S. Exa. a
Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Assunto: Resposta à Pergunta nº 1260/XII (2ª), formulada pelos Senhores Deputados Teresa Anjinho, Nuno Magalhães, João Rebelo, José Lino Ramos e João Gonçalves Pereira do CDS-PP

Caro Senhor,

Encarrega-me S. Exa. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta em epígrafe, pelos Senhores Deputados do CDS-PP, informar que:

Portugal é um firme apoiante do Tribunal Penal Internacional que tem por objetivo a luta contra a impunidade dos crimes de maior gravidade com alcance internacional, os quais constituem uma ameaça à paz, à segurança e ao bem-estar da Humanidade. Portugal considera que um Tribunal eficiente e em funcionamento pleno é um contributo de extrema importância para a paz e segurança internacionais e para a proteção dos direitos humanos. Neste sentido, Portugal está ativamente empenhado em cooperar com o Tribunal e em prestar todo o apoio político e diplomático para que este se torne uma instituição forte e a base do sistema de justiça penal internacional.

Doze anos depois do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional ter sido adotado, a Conferência de Revisão, realizada em Kampala, de 31 de maio a 11 de junho de 2010, veio completar o trabalho iniciado em Roma. Portugal considera que as duas emendas adotadas na Conferência de Revisão vêm colmatar lacunas importantes do Estatuto de Roma: a definição do crime de agressão, bem como a definição das condições de exercício de jurisdição relativamente ao crime de agressão nos casos submetidos por Estados ou pelo Procurador do Tribunal e nos casos submetidos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e a

uniformização das regras relativas a situações de conflitos armados não internacionais com as de conflitos armados internacionais.

Como tal, e na linha da sua posição de apoio ao Tribunal Penal Internacional, Portugal confirma a intenção de ratificar e aplicar as emendas de Kampala.

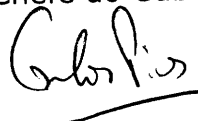
Nesse sentido, importa ter presente que o Tribunal Penal Internacional é complementar às jurisdições penais nacionais e que, de forma a poder cooperar plenamente com o Tribunal, conforme consagrado no Estatuto de Roma, é necessário que o Estado Português assegure que o seu direito interno está dotado de normas que, não só penalizem os atos em causa, como permitam a cooperação com o Tribunal.

Como tal, tendo em vista a aprovação interna das emendas adotadas em Kampala, pretende-se promover um estudo do impacto das mesmas no ordenamento jurídico interno português de forma a determinar a necessidade de proceder a alterações na legislação interna portuguesa que permitam ao Estado Português aplicar as referidas emendas. Neste sentido, foram já feitos contatos preliminares com as autoridades nacionais competentes dando conhecimento da intenção do Estado Português em proceder à aprovação destas emendas.

A adoção do Estatuto de Roma foi o culminar de um processo que o Governo português considera que importa reforçar com as emendas de Kampala. Foi também o início de uma nova era na proteção e promoção dos direitos humanos e da luta contra a impunidade. O Governo português pretende ratificar estas emendas o mais cedo possível, depois de cumpridos todos os requisitos internos, e com isso dar o sinal que Portugal continua a ser firme apoiante do Tribunal Penal Internacional.

Com os melhores cumprimentos, *amigos*

O Chefe do Gabinete



Carlos Pires